



**FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES DO ENSINO
FUNDAMENTAL DE TREMEDAL – BAHIA**

Vera Lúcia Fernandes de Brito¹
Daniela Oliveira Vidal da Silva²

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa apresenta resultados parciais de uma investigação sobre a Política Educacional Brasileira de Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica, tendo como elementos norteadores o atual Plano Nacional de Educação - PNE (2014-2024) e a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. O objetivo principal foi identificar o perfil e a caracterização da formação inicial e continuada de professores do ensino fundamental da rede municipal de Tremedal³, no Estado da Bahia.

A formação de professores da Educação Básica é contemplada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/96, em seu artigo 62 que dispõe sobre a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério. Já no atual PNE 2014-2024, aprovado pela Lei 13.005/2014, destacam-se as metas 15 e 16, como propostas voltadas para capacitação profissional e previsão de investimentos necessários para subsidiar tal formação, conforme BRASIL (2014):

Meta 15: garantir em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art.61 da Lei n. 9394, de 20 de Dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e professoras da educação básica, possuam formação específica de nível superior; obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

1 Mestranda do PPGED, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Brasil. Endereço eletrônico: vlfbrito@gmail.com

2 Mestranda do PPGED, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Brasil. Endereço eletrônico: danielaovdasilva@gmail.com

3 Segundo a divisão territorial da Bahia, o município de Tremedal está localizado no Território de Identidade de Vitória da Conquista. O Programa Territórios de Identidade foi instituído pelo Decreto 12.354, de 25.08.2010, com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico e social dos Municípios do Estado da Bahia.



Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as), profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino (BRASIL, 2014).

Destaca-se ainda o Decreto 8.752/2016, que dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica com finalidade de fixar os seus princípios e objetivos, organizar os programas e ações de formação em regime de colaboração entre os sistemas de ensino, em consonância com o PNE atual e com os planos decenais dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Mesmo com os marcos regulatórios que tratam da questão da formação de professores, ainda é preciso que sejam adotadas medidas para implementação das mesmas, pois segundo Mororó (2015, p. 29):

Baseado nos dados do Censo dos Profissionais do Magistério da Educação Básica (INEP, 2003), por exemplo, na elaboração do Plano de Ações Articuladas – PAR -, a Secretaria Estadual de Educação da Bahia estimou, em 2007, mais de 60 mil docentes sem a formação adequada para o exercício da profissão no estado, isto é, sem o ensino superior. Em 2012, no Relatório Final de Gestão 2009-2012, publicado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), esse número já era de 101.117 professores em exercício nas redes públicas de ensino da Bahia, configurando-se, portanto, como o estado brasileiro com o maior número de funções docentes ocupadas sem a formação inicial desejada.

O presente trabalho expõe informações e dados que contribuem para a realização de inferências no sentido de buscar compreender o modo pelo qual está sendo tratada a temática da formação de professores. Deste modo justifica-se a relevância do estudo apresentado, sendo importante destacar que a formação inicial e continuada deve garantir o preparo de um profissional capaz de conduzir suas práticas de modo, que considere as particularidades do ser humano. A formação continuada aliada à formação inicial deve proporcionar condições para a aquisição dos conhecimentos necessários ao desenvolvimento profissional do professor tomando por base a formação de indivíduos independentes, reflexivos e críticos.

Neste contexto, a formação é processo que deve proporcionar ao professor reflexões, técnicas e embasamento metodológico para sua prática profissional. Os professores necessitam de uma formação adequada para atender a complexa demanda da educação nos dias atuais. Cabe aqui citar Cruz (2011, p. 229-230) quando faz a seguinte observação:



Essa preparação profissional não encerra ao final de um curso de graduação. Muito menos se deve ter em mente que a pós-graduação (seja em nível *lato ou stricto*) será redentora de uma formação lacunar, assim como a experiência profissional, por si só, não o fará. Deste modo, convém destacar a noção de graduação como uma preparação profissional formal inicial - em contínuo processo ao longo da vida - que não pode negligenciar a constante aproximação de estudos e experiências mais recentes.

A formação inicial e continuada de professores nesta perspectiva deve seguir no sentido de formar docentes que dominem os conhecimentos com condições didáticas de realizar as intervenções necessárias no seu espaço de atuação, possibilitando dessa forma uma prática pedagógica mais dialógica e fundamentada na reflexão.

METODOLOGIA

Trata-se um estudo exploratório, bibliográfico, documental e de campo por meio de natureza quali-quantitativa. Optou-se pela abordagem exploratória porque, segundo Gil (2002, p. 41), “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”.

Em paralelo houve a necessidade de realizar pesquisa bibliográfica por meio de livros, artigos científicos, dissertações e teses. Essa opção foi utilizada para aprofundar os estudos sobre a formação docente através dos mais atualizados estudos publicados

Também foi necessário realizar a análise documental, que é relevante para que se conheçam os dados que. Nesse caso foram analisados documentos como os projetos políticos pedagógicos das escolas que atendem as séries iniciais do ensino fundamental, a proposta de formação continuada dos professores, dentre outros documentos legais, atentando aos aspectos pertinentes ao objeto em estudo.

Já a coleta de dados *in loco* ocorreu num universo representado, segundo dados obtidos na plataforma online denominada Observatório do PNE e através contato direto com professores do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Tremedal, no Estado da Bahia. O instrumento utilizado durante a coleta de dados no campo foi o questionário com questões fechadas aplicados a 155 professores.

As informações obtidas por meio da coleta de dados com a aplicação dos questionários foram tabuladas e sistematizadas em forma de gráficos de modo que fosse



realizada a descrição da análise.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme estabelecido na meta 15 do PNE atual, no prazo de um ano a partir da sua vigência, deveria existir uma política nacional de formação dos profissionais da educação, entretanto, somente no ano de 2016 que tal política foi instituída através da publicação do Decreto 8.752/2016. Neste quesito já é possível identificar que os prazos estabelecidos para cumprimento das metas e estratégias do PNE 2014-2024 não estão sendo respeitados.

Outro dado identificado a partir de informações disponibilizadas na Plataforma Online Observatório do PNE, é que apenas 45,9% dos docentes dos anos finais do Ensino Fundamental no Brasil possuem formação superior na área em que lecionam.

Já no levantamento realizado com professores de ensino fundamental da rede municipal de Tremedal-BA, foi detectado que esse percentual apresenta índices mais próximos da meta de 100% para o ano de 2024. Do total de 155 professores, 136 responderam que tem curso superior completo, o que corresponde a 88% de pessoas que responderam ao questionário, e 10% do total de respondentes, que representa 16 professores que ainda estão cursando ensino superior. Desse modo pode-se inferir que, se o atual cenário permanecer, existe possibilidade de o município cumprir o previsto na meta 15 do PNE.

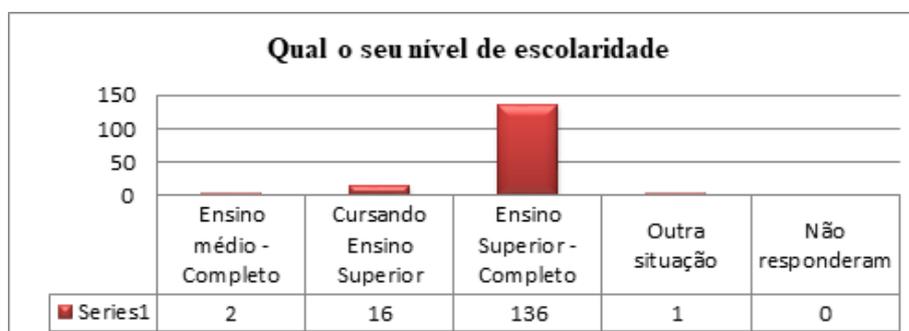


Gráfico 1: Nível de escolaridade de professores de ensino fundamental da rede municipal de Tremedal-BA

Outro fato que merece destaque é que apesar dos dados do Censo Escolar 2014 apontarem que a porcentagem de professores da Educação Básica com pós-graduação



no Brasil aumentou 6,9 pontos percentuais entre 2009 e 2014, alcançado um percentual de 31,4% em 2014, e que no Censo Escolar 2016 o percentual subiu para 34,6%, esse crescimento ainda é pequeno, considerando que para o cumprimento da Meta 16 do atual PNE, é necessário que em 2024, 50% dos professores da Educação Básica tenham concluído curso de pós-graduação.

Dos professores pesquisados em Tremedal 76 responderam que possuem alguma pós-graduação, o que representa 49% do total pesquisado. Assim, como no quantitativo de curso superior, o percentual de professores de Tremedal que possuem pós-graduação é superior à média nacional. Apesar de a estatística apontar uma situação positiva, é necessário destacar que desse total de docentes com pós-graduação apenas 1 possui mestrado, os demais responderem que tem especialização *latu sensu*.

CONCLUSÕES

A educação brasileira tem conseguido avançar no que tange a aprovação de políticas de formação de professores, assim também como aumentou o quantitativo de acesso a essas políticas, contudo, é necessário refletir sobre a questão da qualidade das formações disponibilizadas, para que possam de fato representar uma preparação para prática dos professores.

Esse estudo pretendeu problematizar os desafios para que políticas públicas de formação de professores, nas esferas federal e municipal, possam avançar do discurso à prática. Nessa perspectiva, será necessário articular legislação e prática na realidade cotidiana dos professores, no que diz respeito à sua formação inicial e continuada, o que demanda investimentos de diversas ordens, em educação, para esses possam se traduzir em melhoria da qualidade da educação básica do Brasil.

Palavras-chave: Formação Inicial. Formação Continuada. Política Educacional.

REFERÊNCIAS



BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 01 set 2015

_____. **Lei nº 13.005, de 24 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 30 agosto. 2016.

_____. **Decreto nº 8.752, de 09 de maio de 2016.** Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Decreto/D8752.htm#art19. Acesso em: 10 abril. 2017.

CRUZ, Gilmar de Carvalho. Formação continuada de professores inseridos em contextos educacionais inclusivos. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 42, p. 229-243, out. – dez. 2011. Editora UFPR.

MORORÓ, Leila Pio; COUTO, Maria Elizabete Souza. As condições de formação do professor-discente do PARFOR na Bahia. **Horizontes**, v. 33, n. 1, p. 29-38, jan./jun.2015

OBSERVATÓRIO do PNE. – Metas PNE. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne>. Acesso em: 05 de janeiro de 2017.